



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O presente documento visa analisar a viabilidade da contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Administração Direta e Indireta da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR.

2. ÁREA DEMANDANTE

Local / Departamento	Responsável
Departamento Administrativo	Admilson Aparecido Anhaia

3. OBJETO: Aquisição de materiais esportivos para serem utilizados pela Secretaria de Esportes da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR.

A aquisição dos referidos materiais é fundamental para o fomento da atividade esportiva, especialmente entre crianças e adolescentes, no município através de projetos desenvolvidos com o apoio da Secretaria Municipal de Esportes. Tendo em vista que o esporte contribui para o desenvolvimento da pessoa e do cidadão, e pode, ainda, representar futuras oportunidades profissionais para esses jovens, mostra-se de interesse público a presente contratação. Ademais, tal aquisição atende à emenda impositiva n.º 213.

3.1 Especificação técnica do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Raquetes de chute	Und	30
2	Luvas para Karatê, sendo 15 M e 15 G	Par	30
3	Caneleiras de Karatê	Par	30
4	Aparadores de chute	Und	10
5	Capacetes com grade	Und	30
6	Protetores bucais	Und	30
7	Luvas de boxe	Par	20
8	Kimonos de Karatê, infantil, brim pesado, sendo 6 P, 8 M e 6 G	Und	20
9	Kimonos de Karatê, adulto, brim pesado, sendo 6 P, 8 M e 6 G	Und	20

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A estimativa de quantitativos foi calculado com base nos anos anteriores, levantamento de necessidades pelo Departamento Esportivo e outras solicitações anexadas ao processo, conforme item anterior.

5. LOCAIS DE ENTREGA E/OU DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Ginásio de Esportes Oscar Pereira, Rua Balduino Taques, nº 1717, bairro Órfãs, Ponta Grossa/PR.

6. MAPA DE PREÇOS:

Quant	Und	Preços Produtos	Preço Unitário 01	Preço Unitário 02	Preço Unitário 03	Média de Preços Unitário	TOTAL
30	Und	Raquetes de chute	156,00	157,50	165,00	159,50	4.785,00
30	Par	Luvas para Karatê, sendo 15 M e 15 G	95,00	148,90	176,40	140,10	4.203,00
30	Par	Caneleiras de Karatê	200,00	203,33	259,00	220,77	6.623,10
10	Und	Aparadores de chute	161,95	267,10	308,49	245,84	2.458,40
30	Und	Capacetes com grade	131,60	157,53	189,50	159,54	4.786,20
30	Und	Protetores bucais	19,08	19,25	23,00	20,44	613,20
20	Par	Luvas de boxe	135,49	161,28	243,83	180,20	3.604,00
20	Und	Kimonos de Karatê, infantil, brim pesado, sendo 6 P, 8 M e 6 G	195,00	210,00	219,00	208,00	4.160,00
20	Und	Kimonos de Karatê, adulto, brim pesado, sendo 6 P, 8 M e 6 G	300,06	325,00	389,43	338,16	6.763,20
TOTAL							37.996,10

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 37.996,10 (trinta e sete mil, novecentos e noventa e seis reais e dez centavos).

8. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A aquisição dos materiais esportivos enquadra-se como bem comum.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

A entrega será nos endereços e quantidades informadas, atendendo as especificações apresentadas, substituindo produtos que apresentarem qualquer tipo de defeito ou que estiverem fora das especificações contidas na proposta de preço e nas determinações definidas.

Utilizar-se de profissionais devidamente habilitados e capacitados.

Assumir os riscos e despesas necessárias à boa e perfeita entrega do produto/serviço contratado.

A contratação observará tanto o orçamento quanto a limitação de espaço físico e a possibilidade de aquisição de quantitativos parcelados durante o período de vigência da Ata e a disponibilidade orçamentária a cada pedido de fornecimento, em que, por isso, optou-se pelo fornecimento dos bens através do pregão com o uso do sistema de registro de preços.

A empresa deverá fornecer/executar os produtos/serviços conforme solicitado e disposto no Termo de Referência, inclusive deverá obedecer aos prazos e garantias nele listados.

A contratação de empresa especializada em fornecer os materiais esportivos deverá atender as necessidades abaixo relacionadas:

8.1. Natureza da contratação

Trata-se de fornecimento de material comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais no mercado.

8.2 Duração inicial da Ata:

Doze meses podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.3. Relevância dos requisitos estipulados:

A contratação nos presentes termos, atende às necessidades da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR no que tange às exigências.

8.4 Exigências para habilitação técnica:

8.4.1 Exigências a serem definidas quando necessário para contratação do objeto.

a) atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m), de forma satisfatória, a aptidão do licitante para o desempenho de atividade e/ou fornecimento compatível em características, quantidades e prazos com o objeto de que trata este processo licitatório.

8.5 Critérios de sustentabilidade

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Decreto Municipal nº 11.328/2016:

Art. 3º Fica criado Programa de Compras Públicas Sustentáveis com a finalidade de promover a responsabilidade socioambiental nas compras e licitações que levem à aquisição de produtos e serviços sustentáveis no âmbito do Município.

Parágrafo único – Para execução do Programa ficam instituídas as compras sustentáveis para os seguintes produtos:



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

(...)

Art. 6º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I – Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI – Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- VII – Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

(....)

Deve garantir que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2. Garantir que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

8.6 Principais normativos que disciplinam o objeto a ser contratado

Lei nº 14.133/2021

Decreto Municipal nº 21.500/2023

IN SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010

IN SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021

Código de Defesa do Consumidor – Lei 8.078/1990

9. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Em se tratando de materiais comuns de consumo, foi realizada pesquisa de mercado com fornecedores especializados e contratações públicas similares para levantamento do preço de referência para os materiais.

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

O presente estudo, como já informado, refere-se à aquisição de materiais esportivos para atender a demanda da Administração Direta e Indireta da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. A solução proposta é para garantir a continuidade e adequabilidade das atividades inerentes ao Município. Sugerimos, a adoção da licitação na modalidade concorrência, por meio de Sistema de Registro de Preços, por estar evidenciada a necessidade de contratações frequentes e por se tratar de um objeto que não possibilita definir previamente o quantitativo demandado durante a vigência da Ata.

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Em exame da natureza dos itens que ora se pretende adquirir nessa contratação, não se verifica quaisquer especificidades que venham exigir seu agrupamento, devendo prevalecer a regra geral de parcelamento, respeitando a divisibilidade / indivisibilidade do bem e visando garantir a ampla concorrência, preferências e benefícios previstos em lei.

A divisão do objeto por itens ou lotes, com a possível ampliação da quantidade de contratos, revela-se administrativa e economicamente interessante, vez que propicia a ampliação da concorrência entre os fornecedores, contribuindo para preços mais baixos.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há.

13. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Considerando que houve alteração na destinação da emenda impositiva após o período de lançamento do PCA, esta não consta nas demandas previstas para 2025 da Secretaria de Esportes.

14. RESULTADOS PRETENDIDOS:

Com esta contratação, pretende-se assegurar o fornecimento de material esportivo para o bom desenvolvimento das atividades realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Esportes, fomentando a prática de diversas modalidades esportivas na comunidade, apoiando o desenvolvimento de potenciais futuros atletas e, ainda, proporcionando bem-estar, saúde e lazer aos munícipes.

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE A CELEBRAÇÃO DA ATA:

Não são necessárias providências prévias para a execução da solução.

16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

Descarte inadequado de resíduos; recomenda-se que, no caso de aquisição de bens para substituição de outros já existentes, os últimos deverão ser corretamente destinados de acordo com a legislação vigente; em nenhuma hipótese os mesmos serão descartados em locais que não sejam os identificados na legislação em vigor.

Objetivando minimizar os possíveis impactos ambientais, conforme o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU, a Contratada deverá cumprir com os seguintes requisitos de sustentabilidade ambiental:

- A contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, conforme Instrução Normativa no 01/2010 / SLTI/MPOG. Em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa no 01/2010 / SLTI/MPOG, as licitantes deverão ofertar preferencialmente embalagens que sejam constituídas, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2, com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras e cujo processo de fabricação observe os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO com produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

- Os materiais ofertados devem ser produzidos por fabricantes comprometidos com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental e que além de se enquadrarem no disposto nos itens anteriores comprovem o cumprimento da legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação;

- As licitantes deverão oferecer produtos acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

- Conforme o art. 7º, inciso XI, nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, as licitantes deverão ofertar produtos que sejam acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis, de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar (se for o caso);

- As licitantes deverão optar, quando possível, por produtos constituídos por materiais naturais. A empresa deverá possuir as licenças ambientais condizentes com a sua atividade produtiva e estar em dia com as respectivas licenças. Os produtos devem observar os critérios de sustentabilidade ambiental decorrentes de sua fabricação, nos termos da legislação de regência e suas eventuais alterações. Os resíduos decorrentes das fabricações dos produtos cotados deverão ter destinação ambiental adequada;

- Os equipamentos possam ter destinação ambiental adequada após o final do ciclo de seu funcionamento (tempo de uso). As empresas poderão comprovar por outros meios de prova válidos e regulares, admitidos pelo direito que seus produtos atendem aos requisitos de sustentabilidade ambiental.

17. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA EMPRESA A SER CONTRATADA

Além das obrigações usuais é obrigação da CONTRATADA:

1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e ainda:

a) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e outras obrigatórias pela legislação vigente;

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

d) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) manter durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata;

g) apresentar em todas as entregas, manuais do produto, indicação de garantia e demais informações relevantes de caráter informativo, se for o caso;

h) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas, entre a CONTRATADA e seus empregados;

i) efetuar o pagamento dos salários, encargos sociais e trabalhistas de seus empregados nas datas determinadas pela legislação em vigor;

j) cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares da sua área de atuação específica;

k) apresentar durante a execução da Ata, se solicitado, documentos que comprovem cumprir a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, bem como Certidões Negativas de Débito Salarial, expedida pela Delegacia Regional do Trabalho — DRT;

l) permitir e facilitar a fiscalização, a inspeção dos serviços a qualquer hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, por escrito;

m) viabilizar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto da presente Ata;

n) permitir pleno poder ao CONTRATANTE na supervisão, acompanhamento e controle do desempenho das atividades do objeto desta Ata.

18. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

A viabilidade deste ETP é verificada pela necessidade de aquisição dos itens aqui já mencionados a fim de manter a execução de todas as atividades da administração direta e indireta do Município de Ponta Grossa/PR.

Com as características dos materiais, a única opção cabível e mais vantajosa para essa contratação é a aquisição do objeto.

Considerando as informações deste Estudo Técnico Preliminar, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente viável.

Ponta Grossa, 04 de dezembro de 2025.

Assinado por:
Laertes João de Oliveira Júnior
15/12/2025 - 14:27
FOOMCYEQSQSMNOCBHZ0FCG

Laertes João de Oliveira Junior
Matrícula: 27533

Assinado por:
Marcelo Brustolin
15/12/2025 - 14:47
Z0G2GHAESACYVNJDYDWGZQ

Marcelo Brustolin
Matrícula: 27532